



## **Infâncias, juventudes e políticas públicas: desenvolvendo ações dialógicas**

*Childhood, youth and public policies: developing dialogical actions*

---

### **Juliana Thimóteo Nazareno Mendes**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF).  
E-mail: julianatnmendes@gmail.com

### **Franciele da Silva Pessoa**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: francisilva731@gmail.com

---

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre as ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão, que dá nome ao artigo, e sobre os elementos que culminaram no seu desenvolvimento, considerando o contexto das políticas sociais desenvolvidas no município de Campos dos Goytacazes-RJ. A política de atendimento à criança e ao adolescente pressupõe a interface com diferentes políticas sociais; no entanto, enfatizaremos a Política de Assistência Social, foco da ação extensionista do referido projeto. Apresentaremos e analisaremos as atividades realizadas junto aos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as atividades de capacitação de profissionais que atuam na área da infância e juventude. Concluímos que as atividades realizadas tiveram um importante papel de fomentar a reflexão e propor possibilidades de intervenção com/para crianças e adolescentes, tanto para os profissionais como para a gestão dos serviços.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Política Social. Ação Extensionista.

### **Abstract**

This article aims to reflect on the actions developed within the scope of the extension project “Childhood, Youth and Public Policies” and on the elements that culminated in its development,

considering the context of social policies developed in the municipality of Campos dos Goytacazes -RJ. Even though the policy for assisting children and adolescents presupposes the interface with different social policies, we emphasize the Social Assistance Policy, the focus of the extension action of our project. We present and analyze the activities carried out with the institutional care services for children and adolescents, as well as those for the training of professionals working in the assistance of children and young people. We conclude that the activities performed have an important role in fostering reflection of the issue and in proposing possibilities for intervention with / for children and adolescents, both for professionals and for the management of services.

Keywords: Children. Teens. Social Policy. Extensionist Action

## I Introdução

No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reconhecida como “Constituição Cidadã”, foi um marco importante, sobretudo por ter garantido para a população brasileira um conjunto de direitos sociais, dos quais se destaca a Seguridade Social formada pelo direito à Assistência Social, à Previdência e à Saúde. Foi também essa Constituição que assegurou os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por meio do ECA se instituiu o paradigma da proteção integral à criança e ao adolescente, na medida em que se compreendeu que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que estão em condição peculiar de desenvolvimento. Neste sentido, cabe à família, à sociedade e ao Estado garantir os meios necessários para que possam se desenvolver plenamente.

No entanto, a efetivação dos direitos fundamentais para as crianças e adolescentes ainda é um desafio, pois, apesar dos inúmeros avanços sociais conquistados no início do século XXI, como a saída de milhões de pessoas da extrema pobreza e a ampliação de serviços sociais por meio de programas como Mais Médico na área da saúde; o Reuni no âmbito do ensino superior; Programa Minha Casa Minha Vida; ampliação do Programa Bolsa Família etc., há muito que ser feito, sobretudo considerando a forte recessão econômica e crise política pela qual atravessa o Brasil nos últimos 6 anos.

No ano de 2016, o Brasil havia registrado, pelo segundo ano consecutivo, a retração no Produto Interno Bruto e o encolhimento da economia em 3,6%. Além disso, no mesmo ano, ocorreu uma mudança de governo, decorrente do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, que culminou, também, numa mudança de estratégia econômica no país, em que se passou a privilegiar reformas estruturais de orientação neoliberal, seguindo a lógica da austeridade, da desregulamentação econômica, da liberalização financeira, reduzindo o tamanho do estado. Para Rossi e Melo (2017), tais mudanças não geraram um crescimento econômico como o esperado e que, quando isso viesse a acontecer, tendia a assumir um caráter concentrador de renda.

Tal situação se verifica ao constatarmos, de acordo com o IBGE (2018), que, entre os anos de 2016 e 2017, houve o aumento da pobreza. De acordo com esse instituto:

Segundo a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial (rendimento de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês), a proporção de pessoas pobres no Brasil era de 25,7% em 2016 e subiu para 26,5%, em 2017. Em números absolutos, esse contingente variou de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas, no período. Nessa mesma análise, a proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos que viviam com rendimentos de até US\$ 5,5 por dia passou de 42,9% para 43,4%, no mesmo período. (IBGE, 2018).

Os dados do IBGE também contemplam o acesso a bens em múltiplas dimensões, para complementar a análise monetária. Analisou-se o acesso à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à internet. Neste sentido, constatou-se que, nos domicílios chefiados por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, 25,2% dos moradores destes municípios tinham pelo menos três restrições às dimensões analisadas. Esse é também o grupo com mais restrições à proteção social (46,1%) e à moradia adequada (28,5%). Tais dados demonstram a condição de vida precarizada que essas famílias chefiadas por mulheres estão submetidas.

Já a pesquisa realizada pelo UNICEF, em 2018, apontou que aproximadamente 14 mil crianças e adolescentes não tinham acesso aos direitos básicos como educação, informação (acesso à internet e à TV), água, saneamento básico, moradia e proteção contra o trabalho infantil. No entanto, com base no documento, são a falta de saneamento básico e de acesso à educação, seguida de acesso à água, as maiores privações pelas quais passam esses sujeitos.

Em 2019 havia no país 9,4 milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação domiciliar de extrema pobreza (renda per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo) e 10,6 milhões em situação de pobreza (renda per capita mensal de mais de um quarto até meio salário-mínimo) (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2019). Consideramos que a maioria desses indivíduos, provavelmente, mora em favelas, comunidades rurais ou ribeirinhas longe dos centros urbanos e onde a população é segregada, dificultando o alcance dos processos de integração social.

A vivência dessas inúmeras situações gera consequências concretas na vida de crianças e adolescentes, que tendem a ser um dos grupos geracionais que mais estão vulneráveis a esta realidade de precarização da vida, sofrendo, inclusive, com outras situações que podem ser decorrentes ou agravadas pelas já citadas, como a violência, o abuso e exploração sexual, o uso abusivo de substâncias ilícitas, o tráfico de drogas, entre tantas outras.

Uma das formas de enfrentar este quadro é por meio das políticas sociais que, nos últimos anos, estão sendo desmontadas pelos governos de orientação neoliberal e, mais recentemente, de extrema direita com características fascistas. Estes vêm promovendo intensos ajustes econômicos que incidem, com maior intensidade, sobre essas políticas sociais, por meio dos cortes em seus

financiamentos. Como exemplo, podemos citar a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 2016, que estabelece um teto de gasto para as despesas primárias da União pelos próximos 20 anos.

As implicações dos cortes no financiamento das políticas sociais têm repercussão direta na vida das crianças e adolescentes dos segmentos mais vulneráveis, pois são estes sujeitos os maiores demandantes de políticas de promoção e proteção que garantem as condições adequadas ao seu desenvolvimento, como preconiza o ECA. No âmbito da assistência social, área de nosso interesse de estudo, de acordo com Vieira *et al.* (2018), até o ano de 2036, a redução dos investimentos pode chegar a 54% do volume necessário para a realização das atividades socioprotetivas desta política. Para esses autores, “a perda para a assistência social em vinte anos totalizaria R\$ 868 bilhões e a redução da participação dos gastos com as políticas assistenciais alcançaria patamares inferiores ao observado em 2006 (0,89%), passando de 1,26% em 2015 para 0,70% em 2036 (Paiva *et al.*, 2016, apud VIEIRA *et al.*, 2018, p.29).

É neste contexto que se desenvolve o programa de extensão universitária “Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas: desenvolvendo ações dialógicas”. Partimos do entendimento de que as políticas sociais, sobretudo as vinculadas à Assistência Social, precisam ser monitoradas, avaliadas e aprimoradas no intuito de garantir a proteção e promoção social, como preconiza a Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, a universidade tem muito a contribuir. Sendo assim, o programa foi criado com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das políticas sociais desenvolvidas nas regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro que são destinadas às crianças, adolescentes e jovens, através da articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Ele se estrutura através de três linhas de ação: assessoria à gestão pública, entidades não governamentais e instituições políticas de participação e controle social e movimentos sociais; capacitação de profissionais; e ações e discussões temáticas junto às crianças, adolescentes e jovens.

Portanto, este artigo visa apresentar a experiência deste programa de extensão, em seu primeiro ano de atividades (2019). A ênfase será nas atividades desenvolvidas junto aos serviços socioassistenciais, de média e alta complexidades, destinados às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que estão em grave risco físico e psíquico no município de Campos dos Goytacazes-RJ.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está organizado em dois momentos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, apresentaremos a realidade de Campos dos Goytacazes e, no segundo, o trabalho que vem sendo desenvolvido por meio do programa de extensão, enfatizando a dimensão dialógica de suas ações.

## **2 A realidade social da cidade de Campos dos Goytacazes e suas manifestações na condição de vida da população infanto-juvenil: uma análise socioterritorial**

O município de Campos dos Goytacazes é o maior em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com uma economia baseada, sobretudo, na extração do petróleo. No entanto,

mesmo com os vários avanços no campo social e econômico decorrentes dos investimentos advindos das rendas petrolíferas, ainda continua com grandes problemas. De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do município, a mortalidade infantil ultrapassa os limites aceitáveis pela OMS, chegando a uma taxa de 14,77 óbitos por 1.000 nascidos vivos, em 2014, ocupando a 26ª posição no ranking do estado (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2019).

Outro grande problema, apontado nesse relatório, é a não existência de esgotamento sanitário em 48% das residências do município, seguidos da falta de abastecimento de água por rede geral de distribuição, que atinge 32% da população. Além disso, 3,8% das residências não possuem coleta de lixo de forma direta ou indireta, e 6,4% não têm iluminação elétrica.

Também é importante destacar que, no mesmo relatório, o rendimento domiciliar *per capita* de maior concentração no município, aparece estando na faixa de  $\frac{1}{2}$  a 01 salário-mínimo (31,7%), seguido dos rendimentos de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo (28%). Nesta situação de baixa renda, estão famílias compostas por casais sem filhos e com filhos, mas são as famílias formadas por mulheres sem cônjuge com filhos que estão em maior número. Com isso, o relatório aponta que “O universo de dados analisados a partir do Censo indica que, além de ser alto o número de famílias monoparentais femininas, essas famílias ainda estão majoritariamente situadas na faixa de famílias “sem rendimento” – representando 79% desse grupo” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2019, p. 09).

Por fim, destacamos que, no campo educacional, o município vem apresentando baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ficando entre os 5 piores municípios da região Norte e Noroeste fluminense. Além disso, em 2017, 56% dos matriculados na rede pública, entre o 6º e 9º anos, estavam em distorção idade-série.

Considerando esses e outros dados, o relatório técnico socioterritorial apresentou o ranqueamento dos territórios dos CRAS que são mais vulneráveis. O território de Goitacazes é considerado o de maior vulnerabilidade social, com o número maior de famílias em extrema pobreza, pessoas analfabetas e pessoas no trabalho informal.

Essas e outras situações têm sérias consequências para toda a população. Porém, é o segmento de classe mais empobrecido que tem seus direitos básicos violados e que acaba sofrendo duplamente, pois sofre com a falta de renda e de emprego e com a ausência do estado por meio de políticas públicas.

A falta de trabalho e sua precarização, a falta de renda e de condições dignas de vida pode estar relacionada aos altos índices de violência que afetam a população infanto-juvenil, principalmente os jovens. A partir dos estudos sobre homicídios na cidade, entre os anos 2011-2015, foi possível perceber o grande número envolvendo esses sujeitos, como se verifica no quadro abaixo:

**Gráfico 1 – Homicídios no município de Campos dos Goytacazes (valores absolutos) 2011-2015**

Fonte: PMCG. Série de Estudos de Violência em Campos dos Goytacazes, 2017.

O referido estudo aponta que:

O trabalho de prevenção para o enfrentamento dessa problemática deve, necessariamente, prever políticas públicas específicas para a faixa etária aqui estudada, na medida em que os dados mostraram que os adolescentes e jovens entre 12 a 29 anos de nosso município morrem mais do que os indivíduos de outras idades. Em sua maioria, os adolescentes e jovens vítimas de homicídio em Campos encontram-se concentrados na faixa etária entre 20 e 24 anos, representando 39% do total; são do sexo masculino (97%) e solteiros (98%). Vale ressaltar que a faixa etária apresentada é justamente a que marca a transição da adolescência para a juventude. Culturalmente é um período que se cobra a definição profissional do jovem, na medida em que ele estaria concluindo o ensino médio. Entretanto, tendo uma concentração de 90% das vítimas de homicídio com escolaridade correspondente ao ensino fundamental, especificamente 48% com a escolaridade entre 5º e 8º série e 42% entre 1º e 4º série, evidencia-se que esses jovens não cumpririam seu papel social de inserção no mercado de trabalho formal e de sucesso por já apresentarem uma significativa distorção idade/série. Sendo a idade da maioria entre 20 e 24 anos (39%) e 15 e 19 anos (32%), concluímos haver entre esse público uma significativa defasagem escolar. (CAMPOS DOS GOYTAACZES, , 2017, p. 45)

Portanto, são mais do que urgentes investimentos em ações de promoção e proteção das crianças e adolescentes e suas famílias. Contudo, isso requer uma luta por maiores recursos para as políticas sociais frente ao contexto de desinvestimento do estado na área social, bem como a busca pela ampliação e qualidade dos serviços prestados.

Em Campos dos Goytacazes, as ações socioassistenciais, no âmbito da assistência social, voltadas para as crianças e adolescentes são desenvolvidas por entidades da sociedade civil e pelo poder público. Este último oferta-as, em sua maioria, por meio da Fundação do Esporte, da Fundação Municipal da Infância e Juventude e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Nos CRAS, são ofertadas as ações de proteção social básica cujo objetivo é prevenir as situações de risco e promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. De acordo com a Política Nacional de Assistência Nacional (2004):

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, p. 33, 2004).

Neste campo, além das ações destinadas às famílias, as crianças e adolescentes também são atendidos/as por meio dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Nos CREAS, são realizados os serviços de proteção social especial de média complexidade, destinados às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Nas situações envolvendo crianças e adolescentes, são ações de enfrentamento ao trabalho infantil, abuso e/ou exploração sexual, violência física, maus-tratos. Em especial, destacamos o trabalho de acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Em Campos dos Goytacazes, existem três equipes multidisciplinares que acompanham esses adolescentes (uma em cada CREAS).

De acordo com o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativa da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG, 2019), 84% dos adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa, era do sexo masculino, sendo que deste, 58% tinham idade entre 17 e 18 anos e 77% eram negros. Além disso, 51% dos adolescentes eram residentes da região de Guarus.

Há também os serviços socioassistenciais de alta complexidade, que, para crianças e adolescentes, são os acolhimentos institucionais. O município possui 8 acolhimentos institucionais de criança e adolescentes, sendo todos mantidos pelo poder público, por meio da FMIJ. De acordo com Mendes *et al.* (2019), em 2018, em média foram acolhidos/as 167 crianças e adolescentes por mês. A maioria foi adolescente, na faixa etária de 12 a 17 anos, seguida da faixa etária de 4 a 11 anos, do sexo masculino e negro.

Há, portanto, uma confluência dos dados que indicam o perfil da população infanto-juvenil mais exposta às situações de vulnerabilidade. Podemos afirmar que são os jovens, na sua maioria do sexo masculino e negros, que estão mais expostos às situações de vulnerabilidade no município e, portanto, os que tendem a estar em maior quantidade nos serviços de proteção socioassistencial.

Estas questões, brevemente apontadas acima, constituíram como parte do processo de reflexão que não apenas subsidiou, mas também orientou as ações propostas e desenvolvidas pelo programa de extensão “Infâncias, Juventudes e Políticas públicas: desenvolvendo ações dialógicas” e que será apresentado a seguir.

### ***3 A ação extensionista no âmbito das políticas públicas voltadas para as infâncias e juventudes***

O programa de extensão “Infâncias, Juventudes e Políticas públicas: desenvolvendo ações dialógicas” começou a ser desenvolvido no ano de 2019 como resultado dos debates e ações acumuladas no Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Pública (NIJUP). A histórica inserção do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e, mais recentemente, do curso de Psicologia nos espaços de luta pela consolidação e ampliação dos direitos sociais contribuiu para que o curso se tornasse uma referência local, especialmente no debate sobre crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o programa vai ao encontro das demandas da sociedade, propondo-se a desenvolver ações que promovam o fortalecimento das políticas sociais voltadas para crianças, adolescentes e jovens. As ações têm caráter interdisciplinar e são de abrangência regional. Para isso, conta com a participação de professores das áreas de Serviço Social e Psicologia atuando a partir dos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O programa está organizado a partir de três linhas de ação, nas quais se inserem as atividades realizadas. A seguir, iremos apresentar essas linhas e analisaremos as atividades que já foram realizadas, bem como seus resultados.

#### ***3.1 Assessorias à gestão pública, entidades não governamentais e instituições políticas de participação e controle social e movimentos sociais que atuam junto às crianças, adolescentes e jovens***

Esta linha aglutina as ações de assessoria desenvolvidas junto aos profissionais de Serviço Social, que já vinham sendo desenvolvidas antes da criação do programa. Contudo, no ano de 2019, as atividades se concentraram no trabalho realizado junto à equipe técnica do Centro de Regulação de Vagas da FMIJ, que tinha como uma de suas atribuições realizar o monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. O trabalho de assessoria a esta equipe culminou com a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços, construído a partir de indicadores que permitiram sistematizar um conjunto de informações sobre



o perfil dos acolhidos e suas famílias e as ações realizadas pelos serviços. Isso permitiu avaliar os serviços em quatro eixos: excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos e convívios familiares e comunitários; e respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem. A partir desses indicadores, está sendo possível indicar propostas para a melhoria e aperfeiçoamento dos serviços de acolhimento, considerando o que preconiza as legislações e a realidade local.

A construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento representou um importante avanço no processo de gestão desses serviços, tendo sido reconhecido nacionalmente como uma prática importante no âmbito da política de Assistência Social.

Este trabalho também possibilitou ganhos importantes no que se refere à sua articulação com o ensino. A parceria firmada com a FMIJ permitiu a abertura de vagas remuneradas de estágio para os alunos de graduação em Serviço Social e a realização de pesquisa junto aos (às) acolhidos(as), para complementar as informações contidas nos Sistema de Monitoramento e Avaliação. Assim, esta experiência fomentou importantes debates no âmbito da formação e da pesquisa.

### *3.2 Capacitação de profissionais que atuam junto às crianças, adolescentes e jovens*

Esta linha contempla ações de capacitação e reflexão sobre as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa presentes no trabalho para/com crianças, adolescentes e jovens em diferentes áreas como: acolhimento institucional; medidas socioeducativas; educação; saúde mental; participação e controle social, entre outras. Tais ações buscam ser desenvolvidas articuladas com as demandas que surgem das supervisões de estágio nos diversos espaços ocupacionais, vinculados à área em questão.

No ano de 2019, a equipe que compõe o programa de extensão foi convidada pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) a ministrar uma oficina destinada aos assistentes sociais, referente ao trabalho do assistente com crianças e adolescentes. Nesta oficina, foi possível problematizar sobre as experiências profissionais a partir da compreensão de ações com/para as crianças e a adolescentes que são desenvolvidas no espaço institucional pelo/a assistente social.

Foi possível perceber que, apesar dos/as assistentes sociais estarem atuando em serviços destinados às crianças e adolescentes, sua atuação tende a ser, na maioria dos casos, no âmbito da gestão ou na composição de equipes técnicas interdisciplinares, que não realizam abordagens diretas com esses sujeitos ou, quando as fazem, são para responder questões emergenciais e/ou pontuais.

A equipe do programa também foi convidada a realizar uma capacitação para os/as educadores/as dos serviços de acolhimento, cujo tema foi “Ações socioeducativas nos serviços de acolhimento: contribuições para superar o preconceito”. No entanto, considerando o processo de desmonte das políticas sociais, bem como da precarização dos vínculos empregatícios que assola os/as trabalhadores/

as, inclusive os da área social, o curso acabou se tornando um espaço de reflexão sobre as condições de trabalho e os desafios cotidianos enfrentados pelos/as trabalhadores/as na relação com os/as acolhidos/as e com os demais colegas e a gestão, como também de proposição para novas formas de intervenções por parte da gestão pública e dos/as trabalhadores/as nos acolhimentos.

Constatamos, assim, que os/as educadores/as precisam de mais espaços de fala e de orientação sobre seu fazer profissional (capacitações que atendam às demandas de cada equipamento de acolhimento e às demandas mais coletivas), bem como de uma gestão de trabalho que os/as valorize e que garanta melhores condições de trabalho.

Também no âmbito da capacitação, as experiências dos/as docentes que compõem o NIJUP permitiram a realização do I Encontro sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas, que teve como objetivo refletir sobre as diferentes expressões da infância e juventude, por meio de uma abordagem interdisciplinar, com o intuito de contribuir para a implementação e a reavaliação das políticas sociais voltadas para esses segmentos.

A partir das pesquisas realizadas pelos/as docentes do NIJUP, foi possível realizar um debate teórico-metodológicos e ético-político sobre os desafios da prática da Psicologia e do Serviço Social na área da infância e da juventude, a diversidade de infâncias e juventudes brasileiras no campo e na cidade e sobre temporalidades e gênero na infância e juventude.

O seminário contou com a participação de aproximadamente 250 pessoas, entre profissionais de diversas áreas e municípios, e discentes, em sua maioria, dos cursos de Psicologia e Serviço Social de várias instituições de ensino.

### *3.3 Ações e discussões temáticas junto às crianças, adolescentes e jovens.*

Nesta linha são aglutinadas as ações que se propõem a desenvolver junto às crianças, adolescentes e jovens discussões que contribuam para o fortalecimento da cidadania e dos princípios humanitários em favor das liberdades e das diferenças culturais, étnico-raciais, de gênero e de corpo.

Nesta direção, foi desenvolvida uma atividade articulada com o trabalho de assessoria, que consistiu na realização de encontros com os/as acolhidos/as para que pudessem expressar suas percepções sobre o acolhimento institucional. Foram realizados quatro encontros em cada acolhimento, nos quais foi possível perceber que o espaço do acolhimento é repleto de contradições. No entanto, mesmo com contradições, crianças e adolescentes, em sua maioria, compreendem-no como espaço de moradia, ainda que provisório, e como o lugar onde se encontram protegidos/as.

Para cada encontro foram construídas metodologias próprias a atender aos objetivos. No entanto, todas tiveram como princípio básico estabelecer relações dialógicas entre os participantes e entre eles e os coordenadores das ações, com o intuito de produzir reflexões capazes de influenciar as percepções e ações dos interlocutores de modo crítico e ético.

### 3 Considerações finais

A realidade da vida precária na qual está inserida uma parcela significativa das crianças e adolescentes indica a necessidade de se investir em políticas que visem superar a grande desigualdade social presente no país, como também de se desenvolverem ações que visem à promoção e à proteção dos seus direitos.

Neste processo, as universidades têm um importante papel que é o de contribuir para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural da sociedade, seja por meio da pesquisa, seja pela extensão. E é, nesta direção, que o programa de extensão buscou desenvolver suas ações no campo da infância, juventude e políticas públicas.

As ações extensionistas permitiram a maior aproximação da universidade com a comunidade, promovendo um movimento não apenas de levar o conhecimento acumulado na academia, mas, sobretudo, de aprender com as experiências da comunidade.

Consideramos que as ações desenvolvidas tiveram um grande impacto social, seja por terem promovido a capacitação e qualificação de um conjunto amplo de profissionais, em especial assistentes sociais e psicólogos, seja por permitir sistematizar informações e reflexões que forame que podem ser utilizadas pelo poder público como forma de subsidiar suas ações, como também utilizadas pela sociedade em geral, contribuindo para o seu trabalho de controle social.

Além disso, ao bolsista de extensão, o programa possibilitou exercitar a relação teoria-prática, contribuindo para a formação de um profissional mais qualificado para seu trabalho, especialmente, no âmbito das políticas para a infância e juventude.

### Referências

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil 2019. [Brasil]: ABRINQ, 2019.,. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 25 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Síntese de indicadores

Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. **Agência de Notícias**. Brasil: IBGE 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 21 ago. 2019

MENDES, J. T. N. *et al.* O serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes-RJ: um olhar a partir do sistema de monitoramento e avaliação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA, 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). Secretaria municipal de desenvolvimento humano e social -. **Relatório Técnico**: Diagnóstico Socioterritorial de Campos dos Goytacazes. Campos Dos Goytacazes: Secretaria municipal de desenvolvimento humano e social , 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e ados Adolescentes. **Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e ados Adolescentes. 2019b.

ROSSI, Pedro; MELLO, Pedro. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. **Nota do Cecon**. São Paulo n. 1, abril 2017. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1\\_Choque\\_recessivo\\_2.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf). Acesso em 18 dez. 2019.

VIEIRA F. S., *et al.* **Políticas sociais e austeridade fiscal**: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: CEBES; 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26808/2/Austeridade.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019

## Agradecimentos

À Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes pela parceria e à Pró-reitoria de extensão universitária da Universidade Federal Fluminense pelo apoio e concessão de bolsa.